



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANDRÉIA GABRIELE SANTANA DE SOUSA

**“QUEM VAI DEFENDER OS MORADORES?":
Movimentos sociais de bairro na imprensa alternativa em Parnaíba – PI
(década de 1980)**

**PARNAÍBA-PI
2025**

ANDRÉIA GABRIELE SANTANA DE SOUSA

**“QUEM VAI DEFENDER OS MORADORES?”:
Movimentos sociais de bairro na imprensa alternativa em Parnaíba – PI
(década de 1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Artigo Científico, apresentado à Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.

**PARNAÍBA-PI
2025**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(conforme RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011)

Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às 09 horas e 30 minutos, na sala virtual do Google Meet <<https://meet.google.com/hvr-uyht-ebc>>, na presença da banca examinadora, presidida pelo professor **Felipe Augusto dos Santos Ribeiro** e composta pelos seguintes professores membros: **Adriana Maria Ribeiro** e **Idelmar Gomes Cavalcante Junior**, a aluna **Andréia Gabriele Santana de Sousa** apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso na graduação de Licenciatura em História, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: **“Quem vai defender os moradores?”: Movimentos sociais de bairro na imprensa alternativa em Parnaíba – PI (década de 1980)**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pela aprovação da candidata. Eu, professor Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pela aluna apresentadora do trabalho.

Obs.: A banca examinadora atribuiu a nota 9 ao referido Trabalho de Conclusão de Curso.

Documento assinado digitalmente

gov.br FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
Data: 09/01/2025 14:28:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente

gov.br ADRIANA MARIA RIBEIRO
Data: 09/01/2025 22:18:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Adriana Maria Ribeiro
Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente

gov.br IDELMAR GOMES CAVALCANTE JUNIOR
Data: 10/01/2025 15:19:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Junior
Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente

gov.br ANDREIA GABRIELE SANTANA DE SOUSA
Data: 09/01/2025 11:04:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andréia Gabriele Santana de Sousa
Aluna

“O Show deve continuar”.
(Freddie Mercury)

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à minha mãe Ivaldete Santana Sousa e à minha tia Ivaldenes Sousa Cruz, que me incentivam aos estudos e me ensinam diariamente o verdadeiro significado da palavra força; à minha avó Francisca Santana Sousa, por ter passado esse amor pelos estudos aos seus filhos, que chegou aos seus netos; ao carinho e cuidado do meu avô Raimundo da Costa Sousa, nunca deixou faltar um abraço e um beijo; ao meu tio Raimundo Nonato Costa Cruz, que se manteve presente em todos os momentos; aos meus queridos e irritantes primos, que tenho como irmãos, Railton Sousa Cruz e Milton Silva Cruz Neto, por sempre me ajudarem nos momentos difíceis. Vocês são a minha base.

Aos amigos que se tornaram de uma forma linda a minha segunda família. As minhas amadas: Amanda Barbosa Cardoso, que todos os dias ilumina o nosso local de trabalho com sua beleza, preenche a sala com sua voz cantando as melhores do George Michael; e Tamara Rabesh de Araujo Bacelar, pelas noites ajudando a revisar os jornais, pelos momentos descontraídos. Obrigada às duas pela paciência e por dividirem comigo o Min Yoongi e tantos momentos especiais. À Viviane Beatriz Alves de Freitas, que ao longo dessa caminhada, dividindo um café na tia da UESPI e conversando sobre tudo, se tornou uma grande amiga. Sua ajuda, sua presença, e os vídeos que me manda no *Instagram* me ajuda de muitas formas; ao Nathan Francisco Castro de Carvalho, que sempre me socorre em qualquer dúvida, as trocas que fizemos foram muito significativas, obrigada por tudo sempre; e ao Raione Francisco Rodrigues da Cruz, que, mesmo não sendo da mesma turma, conseguimos criar uma amizade tão boa quanto as nossas saídas. Sou grata pelas inúmeras vezes que me ouviu; Vocês três se tornaram grandes companheiros para além do RP. A troca que tivemos durante essa reta final foi mágica e meio alcoólica (de uma forma saudável, claro). Não tenho palavras suficientes para agradecer pela ajuda e cumplicidade dos momentos que tive ao lado de cada um. Ao meu trio parada dura: Assunção de Maria Mendes da Silva e Maria Eduarda Pessôa de Araujo, os trabalhos acadêmicos e toda a loucura que a universidade nos proporciona ficou mais leve graças a vocês.

Também aos que, mesmo de longe, se mantiveram presentes: Camila de Souza Paula, seu constante cuidado e carinho foram, e permanecem sendo, combustível para os dias difíceis. Suas ligações, os mimos de alegrar a alma e as conversas boas são minhas coisas preferidas.

Também ao José Ferreira da Costa Neto, sua companhia se tornou algo precioso, os conselhos de escrita e as muitas e longas ligações para melhorar o dia, vou guardar com grande carinho.

Durante a minha trajetória acadêmica, os professores do curso de História foram acolhedores e cuidadosos. Sou extremamente grata por cada aula e conselho, pelas conversas nos corredores. Em especial ao professor Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, que ajudou a construir um bom caminho no início; suas recomendações de leituras e conversas foram de extrema ajuda. Ao meu querido orientador Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, que em 2022 me proporcionou uma das experiências mais ricas que poderia ter na universidade. Participar do projeto PIBEU foi tão rico e significativo; ali que encontrei, com nossas conversas, a força dessa pesquisa. Sem sua ajuda, incentivo e entusiasmo, nada disso seria possível.

Agradeço ao Sr. Reginaldo Costa por ter cedido seu acervo pessoal – confiando na nossa equipe e no professor Felipe — esse trabalho não seria possível sem os seus achados.

Amo cada um de vocês.

**“QUEM VAI DEFENDER OS MORADORES?”:
Movimentos sociais de bairro na imprensa alternativa em Parnaíba - PI
(década de 1980)**

Andréia Gabriele Santana de Sousa

RESUMO: Desde a década de 1970, o Brasil foi marcado por intensos movimentos sociais, que surgiram como resposta ao governo autoritário e na luta por uma nova Constituinte, conquistada na década seguinte. Nesse aspecto, este artigo analisa os movimentos sociais que ascenderam no Brasil durante os anos de 1980, particularmente aqueles denominados na historiografia como Movimento Amigos de Bairro (MAB) e Sociedade Amigos de Bairro (SAB), tendo como foco a cidade de Parnaíba, estado do Piauí. A partir de periódicos da imprensa alternativa local veiculados no período, identificados como integrantes da Geração Mimeógrafo, serão analisadas as matérias desses jornais vinculados ao que chamamos neste trabalho como “movimentos sociais de bairro” para mapear especificamente as mobilizações das associações de moradores atuantes no município e redondezas. Dessa forma, na metodologia, utilizamos uma abordagem qualitativa de fontes primárias (*Jornal Inovação, Boletim da AMBSL, Integração Urbana, Jornal da Barra Grande, Jornal da Pedra do Sal, O Comunitário do Joaz Souza e Periferia*) e secundárias (livros, artigos acadêmicos e teses). Ademais, para abordar sobre imprensa alternativa, usamos como referencial teórico: Kucinski (2012), Araújo (2000) e Morais (2012), para auxiliar no campo dos Movimentos Sociais, usamos: Sader (1988), Sótenos (2013) e Medeiros (1995).

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Associações de Bairro; Imprensa Alternativa; Geração Mimeógrafo; Parnaíba-PI.

1. INTRODUÇÃO

A história deste trabalho começa a partir do interesse pela imprensa alternativa. Ao longo da graduação, eu me interessava em saber quais os motivos que incentivaram o seu surgimento no Brasil, como chegou no Piauí, e por quais motivos? Essas minhas inquietações, associadas ao interesse em desenvolver pesquisa sobre a temática, contribuíram para a nossa participação como bolsista no Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU) ao lado de uma boa equipe, tendo como coordenador o docente Felipe Ribeiro no projeto intitulado *Conhecendo a Geração Mimeógrafo: digitalização, catalogação, e publicização de acervos de periódicos alternativos de Parnaíba*, realizado entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2023, no qual o acervo foi disponibilizado pelo Sr. Reginaldo Costa¹. A experiência que esse projeto me proporcionou foi o fio condutor dessa pesquisa.

¹ A atuação desses movimentos se desdobraram em campanhas por creches e melhor atendimento de saúde na parte da zona leste em São Paulo durante a década de 70.

FIGURA 01: Capas dos jornais da Geração Mimeógrafo em Parnaíba - PI (1980 - 1990).



Fonte: Jornal Inovação, 31 ago 2019, p.1.

Acervo: Plataforma Mundos do Trabalho Piauí.

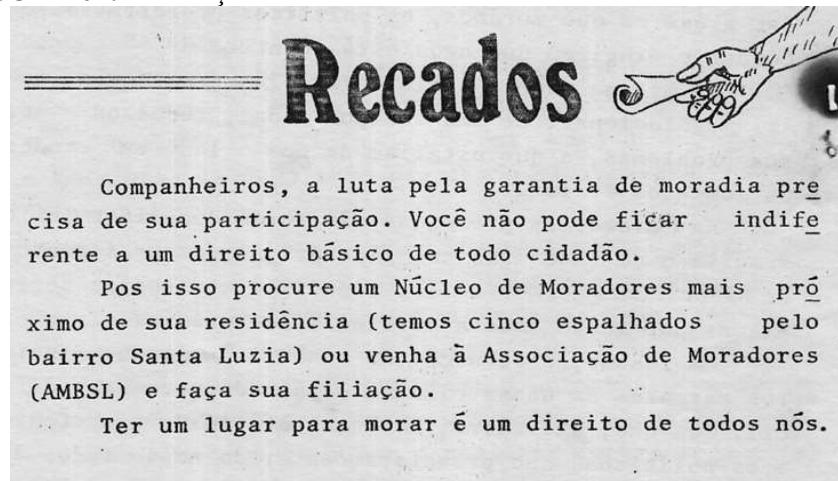
Durante todo o processo de catalogação e digitalização do projeto, que ao todo deu 38 periódicos, nos deparamos com tantas questões atuais que questionamos se a cidade de Parnaíba fez algum progresso efetivo ou apenas postergou os problemas. Nas matérias dos jornais voltados aos problemas dos bairros vimos denúncias sobre questões que ainda hoje são difíceis para determinadas regiões da cidade.

Como por exemplo, no jornal o *Boletim da AMBSL*, que foi criado a partir da Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia, traz uma matéria intitulada: “*A questão da moradia, problema social ou caso de polícia?*”. A discussão aqui se dá a respeito da espera dos moradores do bairro Santa Luzia, sobre as terras onde residiam. Ao ler essa matéria me veio na cabeça um evento que aconteceu no bairro no qual morro, também periférico, em que algumas famílias estavam passando por esse mesmo problema de moradia.

Ao longo de todo o percurso no qual o projeto PIBEU me proporcionou, desde a catalogação à publicização, me transpassou de forma muito direta cada denúncia, cada senhora que teve que sair da sua moradia por motivos de poder maior, da falta de saneamento básico, ou pela forma que os políticos usam desses bairros, em específicos, como “*currel eleitoral*”, que se aproveita da vulnerabilidade em que os mesmos se encontram. Não poderia deixar de querer saber mais sobre como se deram esses movimentos que surgiram partindo da luta em conjunto para uma vida urbana ou rural digna, sem esmola ou troca de favores, mas sim por direito, por ser justo. E poder usar jornais como fonte para abordar questões sociais ainda tão presentes e urgentes

O jornal é um instrumento que o povo vai usar para denunciar a exploração que sofre. É também um instrumento para ajudar o povo a se unir. Unidos é que somos fortes para lutar contra essas injustiças que a gente vive. [...] Por isso todo mundo deve participar: camponeses, pescadores, tudo quanto é trabalhador homem e mulher deve participar dessa luta? passando nosso jornal adiante, lendo para quem não sabe lê discutindo em casa, na canoa, no campo, nas escolas (Jornal da Barra Grande, [s.d.], p. 2).

FIGURA 02: Publicação de recados aos leitores do Jornal Boletim da AMBSL.



Fonte: Jornal Boletim da AMBSL, nº 2, 1987, p. 6.

Acervo: coleção disponibilizada por Reginaldo Costa.

Esses periódicos efetivaram um papel importante ao servir como plataforma de denúncia, ferramenta de luta, comunicação e organização para esses bairros. Esses jornais operavam como instrumento de mobilização, instigando a união e a ação coletiva. Por meio de suas páginas, moradores organizaram protestos, pressionaram autoridades e, muitas vezes, encontraram soluções para os seus problemas. Ademais, ao serem produzidos por associações de moradores, esses periódicos asseguravam que a voz das comunidades fossem representadas. A importância dos jornais mimeografados supera a simples informação; eles foram e são ferramentas essenciais na luta por direitos e justiça social.

Tendo como principal objetivo analisar as mobilizações desses movimentos sociais de bairro em Parnaíba através dos periódicos da imprensa de alternativa local que foram publicados na década de 1980, o presente artigo está organizado em três tópicos fundamentais. O primeiro busca abordar sobre a historiografia dedicada à temática dos movimentos sociais, recortando para os debates específicos sobre o Movimento Amigos de Bairro (MAB) e Sociedade Amigos de Bairro (SAB) no intuito de perceber mobilizações similares no Piauí. Em seguida, um tópico relativo ao papel da imprensa alternativa durante a

ditadura militar, bem como seus reflexos no Piauí, com destaque para a chamada Geração Mimeógrafo. Por fim, um tópico em que analisamos publicações da imprensa alternativa local que se dedicaram às mobilizações de coletivos de moradores e associações de bairro em Parnaíba e redondezas, denominadas neste artigo como movimentos sociais de bairro.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS VARIAÇÕES

A atuação dos movimentos sociais parte de reivindicações pelos direitos básicos ao Estado, tornando-se uma busca por uma vida de mais qualidade. Pensar os papéis dos movimentos sociais é levantar alguns questionamentos a respeito dos objetivos de seus “projetos”, dos quais deram sentido para a existência desses movimentos, afinal se trata de grupos organizados da sociedade que pretendem lutar por questões sociais, e para estudar a natureza das classes sociais. Sader cita E. P. Thompson:

As classes acontecem à medida que os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e *experimentam* suas situações determinantes, dentro do ‘conjunto de relações’ com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais (Thompson, 1984, p.38 *apud* Sader, 1988, p. 44).

Essa construção histórica das classes sociais segue uma sequência de experiências dadas que “*identificam interesses*”, desenvolvendo dessa maneira coletividades políticas, sujeitos coletivos, e movimentos sociais (Sader, 1988). Os estudos sobre os movimentos sociais, tem uma gama de diversidade, que vai desde um conjunto de comunidades, categoria sindical, para uma comunidade de base e etc, o que podemos considerar como algo que liga todos eles é: a busca por condições de vida melhor, por igualdade e justiça. E que sujeitos sociais são os que compõem esse movimento, são novos?

O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas (Sader, 1988, p. 10).

Mas esse “novo sujeito”² no qual Sader se refere não se encontra no centro dessas instituições, pois elas — à Igreja, sindicatos e às esquerdas — já não são centros organizados, isso de uma visão mais clássica, e sim “instituições em crise”, que passam por esse momentos de crise sob a forma de um afastamento com seus referentes públicos. (Sader, 1988). A crise em que cada uma dessas instituições passa resulta em mudanças, no caso da Igreja, tem a reformulação dos seus discursos e práticas; das esquerdas, a busca por renovar o cenário político, então referente a essas mudanças, vimos que esses centros organizadores, passam por esse momento de serem refeitos, muito a partir dos movimentos sociais populares.

Estamos pensando os movimentos sociais partindo dessa ação coletiva de um determinado grupo, com o objetivo de obter mudanças — cada movimento social levanta uma determinada bandeira —, usando do *meio político*, pois se tratando de Brasil, a partir da década de 1960 os movimentos sociais atuam em uma grande escala visando transformar o meio político, cultural e social; vamos ter o movimento dos direitos civis; estudantis; feministas; entre outros, e durante as fases da Ditadura Militar de 1964, que dura até 1985, os movimentos sociais enfrentam perseguições frequentes, assim como o próprio regime teve seu ápice de repressão a partir de 1968, com o Ato Institucional nº5 (AI-5). Os movimentos sociais não tinham como atuar da mesma forma que no início, o que fez com que muitas de suas atividades fossem interrompidas, fazendo-os voltarem aos poucos, com as organizações populares, reestruturando os sindicatos operários, especialmente dos metalúrgicos, ressurgindo com uma nova estrutura (Sótenos, 2013). As organizações dos movimentos sociais nesse contexto de Ditadura Militar, e dos movimentos grevistas, exerceram uma função precisa na luta por direitos. Essa mudança no cenário político entre 1978 e 1985, desde as greves do ABC à vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, é um marco da transição desse momento (Sader, 1988). Sendo possível surgir novos espaços.

[...] a criação de novos espaços políticos, uma vez que a experiência dos movimentos os conduz a novas relações com o espaço público — assim, os clubes de mães passam a perceber seu espaço como imbricado com o público através de relações experimentadas como ampliação da fraternidade; as comissões de saúde, a valorização a intervenção pontual e determinada na esfera do Estado; as oposições sindicais, a emprender-se na elaboração do espaço fabril como campo de solidariedade e de aprendizado da luta mais ampla, a luta de classe. Passando a fazer política doutra maneira e noutros lugares [...] (Sader, 1988, p. 13).

2 O conceito de “novo sujeito”, um criado pelos próprios movimentos sociais populares do período, sem serem antes definidos por teorias acadêmicas ou antes já estabelecidas. Portanto, são frutos de uma prática social, que os põe posicionados em ação e protagonismo (Sader, 1988).

É perceptível em como houve uma mudança nesse cenário dos movimentos sociais no início da década de 1970, para as feitas ao final da década, principalmente após 1978, que houve uma revalorização nas práticas sociais, destacando o novo sindicalismo e as Comunidades de Base (CEB).

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado, era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizaram espaços antes silenciados na esfera privada (Sader, 1988, p. 35–36).

Em meio aos muitos movimentos sociais que afloram nos anos de 1970 e 1980, os movimentos associativos de bairro também entram em cena. Os chamados Movimentos Sociais Urbanos (MSU) ou Movimento Amigos de Bairro (MAB), denominações mais recorrentes na historiografia sobre o tema, emergem na sociedade civil para reivindicar direitos básicos ao estado, no sentido de buscar por novas possibilidades de uma vida urbana mais qualificada aos moradores (Machado; Porto; Vergara, 1985). O seu surgimento se trata de uma forma de responder a todas as transformações que as cidades estavam passando, desde as sociais as urbanas.

A origem dos MSU é tema de controvérsia entre os autores. Castells — um dos que mais estudaram essa questão — aponta os seguintes fatores como determinantes do surgimento dos MSU: 1. A concentração do capital e, como consequência, a centralização das unidades e gestão dos meios de produção, que concentraram a força de trabalho nas grandes metrópoles e, consequentemente, seus meios de produção, isto é, os meios de consumo. [...]. 2. A necessidade de o estado compatibilizar oferta e demanda, o que, de outra forma, não acontecia. [...]. 3. A qualificação da força de trabalho, imposta pela evolução das formas produtivas estruturadas por relações sociais capitalistas. [...]. 4. A mudança de necessidade e expectativas da classe trabalhadora, que altera seu próprio consumo (Machado; Porto; Vergara, 1985, p. 03-04).

O que define os MSU são as ações coletivas que acontecem em áreas urbanas a partir de uma maior mobilização de determinados grupos de pessoas que buscam por melhorias para a comunidade da qual fazem parte. É nesse cenário de completa crise social em que os anos 70 se apresenta no Brasil – especialmente pelo contexto do regime militar — onde houve uma

exclusão de grupos contrários ao regime, sendo excluídos da política que começam a partir de então se organizar para reivindicar seus direitos de igualdade.

2.1. MOVIMENTOS DE BAIRRO EM PARNAÍBA E REDONDEZAS

Nesse momento as lutas urbanas aumentam, os bairros acabam se transformando em locais favoráveis para a atuação desse movimento, onde o que une pode partir de uma injustiça compartilhada – moradia, transporte público, saúde e educação — se apresentando por meio de ações coletivas³, constituindo um espaço de atuação política das classes populares se manterem em ativo, perante a classe dominante. Sua contribuição para a sociedade é fundamental para seguir caminhos mais democráticos, já que são abertos a novas discussões, promovendo mudanças positivas no cotidiano e por buscarem uma maior participação ativa por parte dos cidadãos. Essa atividade também ganha força no Piauí.

[...] Desde meados da década de 70, sobretudo através da Igreja Católica, mas também pela ação de grupos formais ou informais de esquerda, todo um “trabalho de base” começou a se fazer. [...] No Piauí, esse novo tipo de movimento ganha corpo, a partir da ação de padres italianos na periferia de Teresina (Parque Piauí), que apoiam a organização do Movimento Contra a Carestia, incentivam a organização das diversas pastorais populares (operária, da juventude, universitária, etc) e a de comunidades eclesiais de base (Medeiros, 1995, p. 178).

A forma como esse movimento se desenvolve na cidade de Teresina — como aponta os estudos sobre os movimentos sociais na cidade — tem uma clara influência da Igreja Católica, que “apoiam atividades dos moradores do bairro contra a carestia, na ótica da teologia da liberdade, na organização de CEBs e de grupos pastorais, especialmente grupos de jovens” (Oliveira, 2018, n.p). Já em Parnaíba conseguimos verificar que houve influências de outras instituições — para além da Igreja Católica — que foram de certa forma mais decisivas no surgimento desses movimentos sociais na cidade, como por exemplo a importância do campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na década de 1970, em primeiro momento titulado como Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), atual sede da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (Ribeiro e Fialho. 2021). A partir desse momento teremos uma quantidade

³ Um dos fundadores do *Jornal Inovação*. Anteriormente, Reginaldo Costa havia colaborado no desenvolvimento de outro projeto PIBEU, intitulado *Levantamento e catalogação de fontes históricas em acervos públicos e privados da cidade de Parnaíba-PI*, também coordenado pelo docente Felipe Ribeiro e desenvolvido ao longo do ano de 2020, tendo digitalizado todas as edições do *Jornal Inovação*, acessíveis online através da Plataforma Mundos do Trabalho Piauí, disponível em <<http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/>> .

expressiva de jornais da chamada Geração Mimeógrafo circulando pela cidade, muitos desses produzidos por estudantes e seus centros acadêmicos, como por exemplo: *Hora do Estudante*, *Voz do Estudante* ou mesmo o *Campus*, um jornal criado por estudantes da UFPI-CMRV. Portanto, vários desses periódicos estão relacionados ao movimento estudantil universitário da cidade de Parnaíba, inclusive o próprio jornal *Inovação*, que reunia vários desses jovens e tratava de assuntos estudantis com certa frequência em suas edições. Tal momento propício ao crescimento desses meios de comunicação vai modificar diretamente o cotidiano de uma parte da população, despertando tanto na imprensa como na parte política diversos assuntos referentes aos movimentos sociais de bairro.

Pouco a pouco, se organizam associações de moradores ou conselhos comunitários, em favelas e bairros da periferia, muitos a partir do trabalho prévio da Igreja, mas outros pelo incentivo de partidos de esquerda (PT – Partido dos Trabalhadores, PCdoB – Partido Comunista do Brasil) ou da ação mais personalizada de líderes políticos, ou por influência do próprio clima geral de mobilização, organização e ação direta que se formou (Medeiros, 1995, p. 172).

As práticas dos movimentos sociais pode ser ajustada entre os “novos” e “antigos”, a sua classificação fica que nos *antigos* temos os movimentos de operários, camponeses, estudantes, já nos ditos *novos* movimentos, os movimentos de mulheres, negros, comunidades eclesiais (CEBs), grupos de defesa dos direitos humanos (Guadagnin, 2001). Nesse caso, tanto MSU e MAB, quanto demais coletivos de moradores e associações de bairro, ficam em um estado de oscilação entre essas duas classificações, afinal, ambas lutam pela “democratização do regime político”, dessa separação feita pelo “modelo sócio econômico dominante”, o que os diferencia são as formas como cada um expõe suas denúncias e suas lutas por direitos. No Brasil, os MSU se configuram através da “vizinhança e pelo policlassismo” (Machado; Porto; Vergara, 1985, p. 06). Existe uma classificação para esses movimentos sociais urbanos.

MSU formais são os que têm sua ação organizada por organismos elementares de representação de amplos setores das classes populares. As associações de bairro são os exemplos mais conhecidos e, apesar da situação competitiva em que o estado as coloca, podem reunir-se numa associação mais ampla para desenvolver campanhas comuns a todos os bairros ou para formar um grupo maior de pressão política sobre o estado. [...] MSU não-formais são os que têm sua ação direta e não organizada levada a efeito em situação de emergência, com um protesto abrupto (quebra-quebra, protestos de rua, saques etc.) diante da deterioração de um serviço público diretamente ligado às condições de vida (Machado; Porto; Vergara, 1985, p. 05).

Em relação ao MSU, ele vai se modificando a partir dos anos 80, as explicações partem de pontos fundamentais para entender o contexto da sua atuação. Os autores que explicam brevemente são Edison Nunes e Pedro Jacobi, — os dois são pesquisadores indispensáveis para os estudos dos movimentos sociais urbanos no Brasil — que analisam essas mudanças por parte da crise mundial, que está ligada às sequelas das transformações tecnológicas, e do desemprego estrutural, desencadeando em crise urbana também (Machado; Porto; Vergara, 1985).

No caso brasileiro, o fortalecimento desses movimentos ao final da década de 1970 se deu, em grande medida, como resposta às desigualdades sociais que se agravaram a partir do chamado Milagre Econômico (Sader, 1988). Vale ressaltar que essas desigualdades não se restringem ao mundo urbano, também impactando o mundo rural. No caso do Piauí, por exemplo, estudos apontam que o processo de modernização da tecnologia agrícola estimulou a migração de populações rurais para os principais centros urbanos do estado.

A modernização, que envolve, entre outros aspectos, a alternância dos roçados com o ciclo da pastagem, provoca uma perda crescente da população rural (expulsão dos moradores). No período 1970-1980, houve uma queda de 8,4% da população rural no Baixo Parnaíba Piauiense, enquanto entre 1980 e 1991 a taxa de evasão aumentou para 9,2 %. Esse fluxo migratório tem características distintas da emigração das décadas de 1960 e 1970, relacionada à crise da produção extensiva do latifúndio e à atração dos grandes centros urbanos e industriais (Farias, 2020, p. 61).

Regiões periféricas surgem com bairros inteiros formados por trabalhadores pequenos, como diaristas e rendeiros, que se encontram em meio às dificuldades que acaba obtendo por fazer parte dessa estrutura da cidade mais afastada, como mostra Farias: “[...] entre 1970 e 1991, a população urbana mais que duplicou no Baixo Parnaíba, aumentando em 142,8%” (Farias, 2020, p. 62). Neste processo, surgiram diversos movimentos sociais de bairro, especialmente as associações de moradores, cuja articulação resultou na criação de federações bem organizadas, disso já conseguimos perceber a dimensão da força desse movimento no Piauí.

[...] Manifestações mais articuladas em torno de problemas comuns aos bairros - transporte, saúde, etc - começam a acontecer. Todo esse movimento desemboca, em 1986, na criação de duas federações, devido a divergência política-ideológica entre as lideranças e apoiadores do movimento: a Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federações das Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI). Essas Federações se institucionalizaram, tem ramificações por todo o Estado, em especial a FAMCC, e se legitimaram na

interlocução com o poder público. [...] Não há estatísticas precisas sobre o número de associações de moradores existentes. A FAMCC tem cerca de 80 associações filiadas, em todo o Piauí, e a FAMEPI, aproximadamente 50. Há as associações não filiadas e federações, algumas ligadas à atuação assistencial-eleitoral de vereadores, que chegam a outra centena. A FAMEPI se articula nacionalmente com o CONAM – Conselho Nacional de Associações de Moradores; e a FAMCC participa da CMP – Central de Movimentos Populares (Medeiros, 1995, p. 172).

A criação dessas duas federações foi tão efetiva que encontramos relatos da atuação da FAMCC na cidade de Parnaíba, um ano e meio após sua criação, mostrando ser uma ferramenta ativa de luta para o movimento popular, contribuindo com a agitação de seus representantes e organizando seminários sobre cultura popular. “O núcleo da FAMCC em Parnaíba visando uma boa participação de seus representantes já começa a realizar trabalho neste sentido” (Periferia, n. 1, 1988, p. 3).

FIGURA 03: Passeata na cidade de Parnaíba para os preparativos para o 2º Congresso Estadual Extraordinário organizado pela FAMCC (1988).



Fonte: Jornal Periferia, Ano I, n° 1, 1988, p 3.

Acervo: Reginaldo Costa

3. O PAPEL DA IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL

A forma como a imprensa é utilizada enquanto um meio de resistência ao estado de vulnerabilidade, no qual a democracia estava enfrentando no Brasil, faz com que o nosso trabalho se atente a perceber suas características. O contexto político dos anos 1960 e 70 no mundo era composto por uma crescente tentativa no interior das esquerdas de “*reinventar a política*”, ou seja, criar nos espaços políticos tradicionais já estabelecidos, uma política menos

burocrática, onde novos protagonistas — com grande participação de jovens — buscariam uma transformação por uma esquerda menos voltada para uma cultura marxista tradicional com seus esquemas em torno da necessidade ou não de uma revolução democrática-burguesa que antecederia a transformação socialista, e mais voltada para heterogêneo, para as diferentes identidades (negra, homossexual, feminina, etc...). Dessa forma, houve o surgimento de inúmeros grupos, partidos e movimentos que tentaram buscar novos espaços para essa transformação e para tal, era necessário criticar a sua matriz, “faziam uma crítica *pela esquerda* aos partidos comunistas e sociais tradicionais bem como à burocratização da política, buscando caminhos alternativos para a transformação social” (Araujo, 2000, p. 09). Essa mudança no cenário da política de esquerda recebeu alguns nomes como: *esquerda radical, esquerda alternativa, nova esquerda*.

O Brasil assistiu ao nascimento de organizações dissidentes do Partido Comunista Brasileiro e de grupos Independentes, dentre esses grupos alguns adotaram a tática da luta armada como uma forma de promover a revolução socialista, assim como também para combater a ditadura, embora a questão de gênero ou até mesmo racial não entraram em pauta nesse momento em tais organizações. Na fase de abertura e redemocratização que vamos ter um momento diferente, segundo o estudo de Araújo (2000), no desenrolar dos anos 1970, houve diferentes e novos movimentos — os “*movimentos da diferença*” —, movimento negro e feminista, entre outros, que agora estavam em luta nesse novo modelo político mais heterogêneo, e menos burocratizado, iniciando uma nova cena política de *esquerda alternativa*.

Uma dessas formas de resistência que se desenvolveu à margem do circuito editorial convencional, justamente como uma alternativa a ele, em protesto ao controle do debate político, esse estilo de imprensa ficou conhecido como *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*.

A conjunção de fatores que levou à explosão dos alternativos era muito complexa. As causas começam dentro das próprias redações dos jornais tradicionais e de grande circulação. Todos eles, com a honrosa exceção de *Última Hora*, apoiaram ativamente o golpe de 1964. Até o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que no dia 2 ou 3 de abril já se opunha aos golpistas, antes do golpe fez de tudo para ajudar a derrubar o governo de João Goulart. Um clima de contínua censura se instalou dentro das próprias redações, com os dirigentes dos jornais apoiando ou pelo menos justificando as perseguições, cassações de mandatos e violação de direitos que se seguiram à vitória dos golpistas, quando não as incitando abertamente (Aguiar, 2012, s.n).

Segundo Kucinski (2018, p.11) “em contraste com a complacência da grande imprensa com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico”. Esses jornais eram feitos em formato *tablóide* ou *minitablóide*, em sua maioria com tiragens únicas, alguns vendidos em bancas, outros de forma independente sendo uma alternativa ao mercado editorial já ajustado.

Mesmo inseridos no contexto da Ditadura Militar, o que vai contribuir para o surgimento desses jornais, em que Araujo (2000) explica sua atuação nesse contexto, pois eles tomam para si o questionamento sobre o regime, denunciaram em suas páginas a violência vivida e o abuso de poder, demonstrando uma opinião/posição de esquerda em um país que na realidade havia anulado quase por completo todas as organizações e manifestações políticas de oposição. Porém, a ditadura sozinha não consegue explicar o nascimento dos jornais alternativos, já que a intenção destes jornais nunca foi resistir apenas e exclusivamente “à ditadura”, mas sim, a ideologia dominante, seja pertencente a qualquer tipo de governo. Partindo desse princípio, é necessário enfatizar que o conceito de *alternativo* para Kucinski (2018, p.11), é algo desligado das “políticas dominantes”, uma opção entre duas coisas, uma escapatória para uma situação difícil e, também, o desejo de mudanças sociais.

O meio da imprensa alternativa reunia diversos tipos, indo de jornais como *Pasquim*, *Opinião*, *Versus*, entre outros, revistas de contracultura, a publicações de movimentos sociais — movimento estudantil, movimentos de bairros, e os que tinha envolvimento com grupos/movimentos de minorias políticas — abrindo espaços para a imprensa feminista, negra e etc (Araujo, 2000). Sendo um dos fatores para o seu surgimento

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos (Kucinski, 2018, p. 14).

Em um primeiro momento esse canal de comunicação vai ser usado como instrumento de *resistência*, em seguida, no período de abertura, passa de uma política clandestina para a política de espaço público (Kucinski, 2018). Esse grupo em sua maioria ocupava o mesmo “imaginário social”, sendo as mesmas crenças, desejos, e na medida em que esse imaginário

vai se alternando o discurso entre esses *jornalistas, ativistas políticos e intelectuais*, vai abrindo espaço para novos tipos de jornais alternativos, mesmo “sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo.” (Kucinski, 2018, p.14–15). Se tornando não apenas um *fenômeno jornalístico*, mas indo além, sendo da mesma forma um *fenômeno político*.

Importante também destacar que a imprensa alternativa na ditadura militar se estabeleceu por meio de variados tipos de publicações, tanto no que se refere ao seu formato de impressão, quanto ao seu conteúdo editorial.

Em linhas gerais, essas publicações apresentaram uma posição de resistência à ditadura, denunciando as arbitrariedades cometidas pelas autoridades militares e fazendo a divulgação das diferentes lutas pelos direitos democráticos no país. Desse modo, contribuiu para a ampliação dos canais de debate político em um momento no qual o Estado havia suprimido quase todos os espaços de manifestação política de oposição (Ribeiro, 2013, p. 106).

3.1. IMPRENSA ALTERNATIVA NO PIAUÍ

Esse surto da imprensa alternativa no Brasil não ficou restrito apenas ao eixo Rio-São Paulo, pois o movimento também se fez presente no Nordeste do país. No Piauí, as manifestações dessa imprensa surgem no período dos anos 70, dando início com a publicação do livro-apostila “*Tudo é melhor Que Nada*”, em 1974, mas apenas em 1977 e 1978 que vai haver de fato uma atuação intensa desse fenômeno nas cidades de Teresina e Parnaíba. As duas maiores cidades do estado se tornaram um “campo fértil” para as discussões e desenvolvimento desses jornais (Bezerra, 1993). Como verificamos no presente trabalho, esse “campo fértil” não se restringiu apenas ao meio urbano. Nas redondezas de Parnaíba, por exemplo, são produzidos jornais localizados em áreas rurais, levantando bandeiras com reivindicações da comunidade/bairro, como por exemplo, os jornais da Barra Grande e da Pedra do Sal.

Essa imprensa alternativa que vai surgir em Parnaíba e redondezas, se encontra às margens do circuito editorial e se articula em diferentes âmbitos — movimento estudantil, entidades sindicais/comerciais, cultural/comportamento, religião e momento de bairro — usando nesse início o mimeógrafo como forma de impressão, estabelecendo assim a chamada Geração Mimeógrafo no Piauí, levando em conta que temos o surgimento da literatura

marginal⁴ nesse momento. O equipamento mimeógrafo permitia de forma barata produzir em grande escala, se tornando um aliado nesse processo, um “instrumento de resistência”. O mimeógrafo, durante forma de apenas impressão de livros, começa a ser manuseado ainda no começo dos anos 70 — especialmente publicando literatura técnica — mas é com a chegada do fenômeno da literatura marginal, que o mimeógrafo alcança uma importância capital (Bezerra, 1993).

A maneira como esses jornais vão circular, em sua maioria partindo de uma alternativa à uma imprensa que já estava estabelecida, que vem com essa proposta de denunciar a violência, o autoritarismo e mostrando sua oposição de esquerda, de informar, de luta por espaço entre o debate público e usando do instrumento de comunicação do mimeógrafo, que facilitava as publicações pelo seu baixo custo de funcionamento. Isso contribuiu para o surgimento de jornais nas cidades de Parnaíba e Teresina, como o *Linguinha, Inovação*, entre outros, dando os primeiros passos dessa imprensa alternativa no Piauí.

Todavia, ainda em 1972, são publicados os dois primeiros números do jornal alternativo (mimeografado) “*Linguinha*”, editado por Alcenor Candeira Filho, no Rio de Janeiro, e lançado em Parnaíba. Seguiu-se a publicação, em Teresina, do alternativo “*Gramma*”, em mímeo, editado em Brasília por Paulo José Cunha, e dos jornais “*Hora Fatal*”, “*Estado Interessante*” e “*Boquitas Rouges*” (Bezerra, 1993, p.13).

Uma das marcas desses jornais era sua facilidade em se comunicar com seus leitores, seja pelos textos diretos, muita das vezes usando da ironia para falar sobre a realidade da cidade, poemas que falavam sobre o cotidiano, ou caricaturas simples e fáceis de identificar a mensagem. Eles surgem e atuam de forma clandestina, como uma alternativa, ao já estabelecido meio de comunicação vigente — rádios e jornais — que em sua maioria mostrava apoio a grupos ligados à ditadura.

As publicações de *O Linguinha* — criado por um grupo de jovens de classe média, como Alcenor Candeira Filho, Elmano Carvalho, Gervásio de Castro Neto, Bruno Pires e Elias Jr., tendo como colaboradores Raimundinho Arraia, Renato Machado, Antônio Oliveira Neto, Luís Prado Jr. e Willian Gernnison — “não se interessavam, portanto, por grandes temas nacionais, tampouco era um jornal de crítica mordaz e direta ao regime civil militar, [...] pode

⁴ Literatura Marginal ou Poesia Marginal é uma manifestação artística que visa romper com o modelo literário tradicional. Ela surge assumindo uma postura contestadora, oferecendo uma alternativa à literatura mais tradicional, que muitas vezes privilegia os mesmos autores e obras, por essa razão sua origem vem fora dos circuitos literários convencionais (Kucinski, 2018).

ser tomado como uma espécie de questionador dos velhos hábitos da sociedade parnaibana” (Castro; Miranda, 2015, p. 65). Nos anos seguintes vieram *Inovação*, *Gramma*, *Periferia*, entre outros jornais que buscavam ocupar espaços que estavam sendo retirados deles, e com diversas demandas: sindicais, religiosas, artísticas, estudantis, e de bairros.

Os reflexos do contexto pós-1964 no estado do Piauí a partir da imprensa local são variados. Parte da imprensa piauiense era formada por pessoas que tinham uma ligação direta com as ditas “pessoas com nomes importantes” e através dos jornais é possível identificar e entender os processos pelos quais a sociedade passou — posições políticas, econômicas, ideológicas, lutas sociais, luta por terras, debates e etc. É possível compreender o contexto no qual foram produzidos. Criando-se uma cena em que o afloramento dos movimentos sociais passa a ser identificado como ameaça ao sistema autoritário.

4. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIRRO NAS PÁGINAS DOS JORNais

No acervo da Geração Mimeógrafo que analisamos da cidade de Parnaíba e redondezas, selecionamos aqueles diretamente ligados aos movimentos sociais de bairro, por serem criados a partir de associações de moradores e coletivos comunitários. Esses são os jornais nos quais trabalharemos, encontrados por meio do trabalho do projeto PIBEU-UESPI *Conhecendo a Geração Mimeógrafo: digitalização, catalogação e publicização de acervos de periódicos alternativos de Parnaíba*, produzido entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2013.

TABELA 01: Seleção de periódicos da Geração Mimeógrafo ligados a movimentos sociais de bairro

PERIÓDICOS SELECIONADOS	EDIÇÕES ENCONTRADAS
<i>Boletim da AMBSL</i>	Uma edição encontrada (N.2, 1987)
<i>Integração Urbana</i>	Uma edição encontrada (N.10, 1979)
<i>Jornal da Barra Grande</i>	Uma edição encontrada (Edição especial s.d)
<i>Jornal da Pedra do Sal</i>	Uma edição encontrada (N.1, 1984)
<i>O Comunitário – Joaz Souza</i>	Três edições encontradas, todas publicadas em 1987 (uma delas indicada como N.3)
<i>Periferia</i>	Seis edições encontradas (N.1, 1988; N.3, 1988; N.4, 1988; N.5, 1989; N.7, 1989; e N.13, 1991)
TOTAL DE PERIÓDICOS SELECIONADOS	06
TOTAL DE PERIÓDICOS DO ACERVO	39

Acervo: Projeto PIBEU-UESPI *Conhecendo a Geração Mimeógrafo: digitalização, catalogação e publicização de acervos de periódicos alternativos de Parnaíba* (seleção realizada pela autora)

De forma complementar, também selecionamos matérias veiculadas pelo *Jornal Inovação*, que em diversas ocasiões cedeu espaço em suas edições para denunciar a realidade de comunidades da cidade. Essas edições foram encontradas por meio do projeto PIBEU-UESPI *Levantamento e catalogação de fontes históricas em acervos públicos e privados da cidade de Parnaíba-PI*, produzido entre janeiro e dezembro de 2020.

A imprensa alternativa emprega vários espaços e tipos de jornalismo, incluindo publicações relacionadas ao campo dos movimentos sociais de bairro. Essa busca por direitos é uma marca do final dos anos 70. Para alcançar tais direitos, a luta por eles parte de vários tipos de estratégias de organização, principalmente na parte das produções dos meios de comunicação.

Mostrando de que modo a relação dos jornais com os movimentos sociais urbanos, são fundamentais como um instrumento de organização e articulação, analisamos alguns dos jornais que circularam de forma ativa na cidade de Parnaíba, e comunidades vizinhas durante a década de 1980. Com a iniciativa de manter a população informada a respeito de tudo, tanto em âmbito nacional como local, mas não só apenas nesse aspecto, o contexto desses jornais pedia por essa luta por espaços, onde houvesse esses canais de debate político. Segundo Sérgio Luiz da Silva Mendes (2013), o *Jornal Inovação* se mostrou para a sociedade parnaibana, como um instrumento de luta política, justamente pelos seus objetivos que envolviam melhorar questões culturais, focando especialmente nos jovens; a falta de atenção que os bairros periféricos estavam passando, suas infraestruturas e políticos da cidade, sendo indispensável apontar os problemas, para assim poder chegar a uma solução. Sendo forte suas questões sociais sobre a cidade, denunciando a violência, muito se questionava se de fato na cidade existia uma segurança pública, como é citado na edição de 1978, na matéria intitulada *A cidade*, escrita por Reginaldo Costa.

“Segurança pública”, isso existe em nossa cidade? Há dias quase esfaqueiam um casal em pleno centro da cidade. No cruzamento das ruas Pe. Castelo Branco com a Vera Cruz, um motorista dos muitos irresponsáveis andam por aí - atropelou uma moça, deixando-a jogada e partiu com velocidade (*Jornal Inovação*, a. I, n. 3, Jan 1978, p. 4).

Essa proposta de manter a população informada vai ser também tratada em outros jornais da dita geração mimeógrafo, deixando bem claro seu descontentamento sobre o abandono municipal, bem como traz o *Boletim da AMBSL*, informativo da Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia. Exatamente na primeira página do jornal da edição de

1987, a manchete que nos chamou a atenção tem a seguinte frase em letras garrafais: “*Políticos esquecem promessas: depois de ganharem as eleições os políticos não defendem mais os interesses do povo*” (Boletim da AMBSL, Mar 1987, p. 1), onde expõe a infeliz e eterna espera dos moradores pelo trabalho de políticos eleitos no executivo e legislativo, que durante o período eleitoral foram tão atenciosos, simpáticos a qualquer morador e suas demandas. Na edição do mesmo jornal, conseguimos perceber como era tratado as questões de moradia da cidade:

“[...] A situação, no entanto, não comporta hesitação por parte do Sr. prefeito. Em primeiro lugar porque a família Borges, depois de ter ameaçado a integridade física dos moradores, cercando as terras que diz suas, parte agora para o recurso à justiça no sentido de incriminar o Coordenador da Associação de Moradores do Bairro pela derrubada da cerca, como se esta reação popular fosse de responsabilidade de uma única pessoa” (Boletim da AMBSL, n. 11, Mar 1987, p. 3).

Conflitos como este não eram vistos apenas no bairro Santa Luzia, “no mês de Janeiro, uma família foi humilhada e despejada de sua casa no bairro São Francisco, e no bairro Piauí, o presidente da Associação de Moradores, senhor Bernardo, foi preso” (Boletim da AMBSL, Mar 1987, p. 4), reforçando que a luta pelos direitos de seus bairros não era uma luta individual, as vitórias e derrotas afetariam todos de forma igual.

Toda essa luta por melhores condições de vida, com os projetos para saúde, educação, de saneamentos básico e outras demandas vão se intensificar, partindo principalmente por moradores dessas regiões mais afastadas da região central da cidade, o jornal *O Comunitário*, do Joaz Souza, na matéria “Mutirão”, relata que mesmo havendo um aumento populacional, as políticas públicas não chegavam até eles, como a coleta de lixo, por ser “uma área afastada do centro” (*O Comunitário*, Jan 1987, p. 02). Essa era a situação daqueles considerados à margem da sociedade.

Sobre a questão de terras, mas agora no meio rural, em que se trabalha na terra que mora, é discutido na matéria nomeada “Vida Camponesa”, do *Jornal da Barra Grande*. Em seus trechos é indagado a dura realidade de quem necessita de um lugar para viver e trabalhar, em que sua moradia e renda dependem exclusivamente dessa terra.

O homem do campo aqui sofre o diabo, muitos nem tem terra mode plantar. Quando arrenda um pedaço é pela hora da morte e nem o pau de dentro da roça tem direito. Tem proprietário aqui que vai ou manda o delegado na casa do caboco buscar a lenhazinha que ele trouxe para cozinar legume. Agente paga 50 cruzeiro por litro na terra que ele quiser; nós não tem nem direito de escolher a terra que paga. Depois

de pagar tudo isso ele ainda escolhe as melhores carreiras para ele. E se não der da próxima vez fica sem terra poraue ele não dá (Jornal da Barra Grande, [s.d], p. 6).

A esperança de ter um pedaço de terra para trabalhar e morar era a companhia diária de muitos dos moradores dos bairros mais humildes de Parnaíba e regiões vizinhas, como Barra Grande que na época era parte do município de Luís Correia, uma vez que Cajueiro da Praia se emancipou apenas na metade da década de 1990.

Quando buscamos ver quais eram os colaboradores desses jornais, nos deparamos com grupos religiosos, movimentos sindicais, e muita das vezes os próprios moradores, que em sua maioria eram organizados em associação. Se tinha um espaço para os movimentos populares, de bairros como do Joaz Sousa, São Vicente de Paula, Igaraçu, Ilha grande de Santa Isabel, entre outros, com o intuito de apresentarem seus projetos e denúncias, criando assim uma organização bem alinhada entre todos os bairros, dessa forma, todos fossem beneficiados em suas demandas.

A dificuldade dos trabalhadores recém-chegados nas cidades, de conseguirem local de moradia é de um grau grotesco, com isso a solução na qual a Prefeitura encontra é ceder os terrenos e assim eles constroem as casas no sistema de mutirão (Farias, 2020). Mas na prática a conversa vai pra outro rumo, um que o *Jornal Inovação* traz em uma das suas matérias do ano de 1987, intitulada “Moradores se mobilizam”.

FIGURA 04: Moradores se mobilizam



Fonte: Jornal Inovação, a. 10, n. 61, 1987, p. 6.

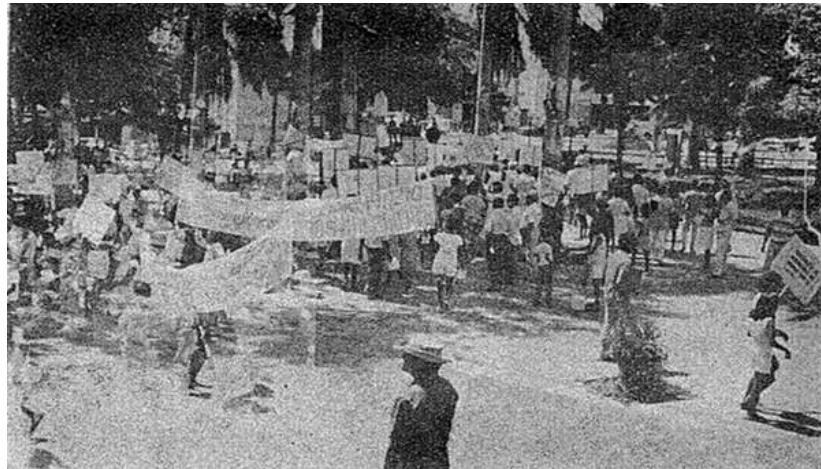
Acervo: Reginaldo Costa

O ex-prefeito Elias Ximenes do Prado é possuidor de 150 quarteirões de terra, espalhados pelos diversos bairros da cidade. Parnaíba está contaminada pela grilagem e o uso indiscriminado do seu solo. Não há o mínimo respeito para com a população. As autoridades tomam conhecimento, ficam bem informadas, mas se omitem, porque, no fundo, há o envolvimento delas (autoridades) com os “proprietários”. É inadmissível dois cidadão serem proprietários de um bairro amplamente povoado. Quem vai defender os moradores do bairro Santa Luiza que vivem estupidamente ameaçados? O prefeito deve se manifestar e resolver o problema evitando, dessa forma, acontecimentos mais graves. É o que todos esperam (Jornal Inovação, a. 10, n. 61, 1987, p. 6).

Depois de tanta mobilização da associação do bairro em reuniões entre os moradores sobre essa reivindicação em que apenas uma pessoa fez sobre metade do bairro, excluindo várias famílias e trazendo um descontentamento para os demais moradores, foi decidido tomar uma outra atitude, a derrubada das cercas que demarcava como lei onde começa e termina o terreno desse senhor que não passava de um grileiro⁵. A maioria das famílias que formam o bairro, são as que tiveram que fugir de toda a politicagem econômica e do latifúndio, e quando chegam a esse novo local, são completamente deixadas de lado, sem assistência alguma, seja de órgão municipal ou estadual, que prezam em manter firme sua amizade com as “famílias de nome” que tem influência na cidade.

A população que sofre com o abandono dessas autoridades procuram, a partir de manifestações públicas, expressar suas insatisfações por meio de protestos, enchem as ruas com suas bandeiras e vozes, em uma tentativa de assegurar seus direitos, é isso que encontramos na edição de 1987 no *Jornal Inovação*, na matéria “Parnaíba acordou”.

FIGURA 05: Protesto concentrado na Praça da Graça.



Fonte: Jornal Inovação, a. 10, n. 63, 1987, p. 5.

Acervo: Reginaldo Costa

5 É quem possui documentos falsos para se apropriar de terras que não lhe pertencem legalmente.

São três grupos — bancários, professores e integrantes de associações de moradores — que despertam exigindo respeito aos seus direitos, tomando como palco desse evento a Praça da Graça, com faixas, cartazes, panelas, foices e os gritos de ordem, denunciando as perseguições sofridas. A matéria do jornal *Inovação* mostra de forma chamativa como repercutiu essa junção de grupos.

O parnaibano reconquistou sua cidadania. A outrora “cidade sem vida” despertou do sono quase eterno e passou a sincronizar sua realidade à realidade nacional. Da noite para o dia surgem os bancários, os professores, os moradores da periferia reivindicando, exigindo respeito aos seus direitos. E a Praça da Graça transformou-se no palco mais autêntico das lutas. Faixas, cartazes, carros de som, passeatas, discursos e até (acreditem os deuses!) piquetes. Enfim tudo a que tem direito um manifestante consciente de suas participação na transformação da sociedade. Os governos democráticos precisam respeitar o direito à greve à manifestação. (Jornal *Inovação*, a. 10, n. 64, 1987, p. 5).

FIGURA 06: Caminhada da greve dos moradores do bairro Santa Luzia



Fonte: Jornal *Inovação*, a. 10, n. 63, 1987, p. 5.

Acervo: Reginaldo Costa

E se engana quem acha que essa discussão sobre o bairro Santa Luzia termina neste ato de protesto, a situação não encontra uma solução que agrade os moradores e não parte nenhuma atividade de solução por parte dos órgãos municipais.

Por ocasião da manifestação pública que os moradores do bairro Santa Luzia realizaram na Praça da Graça (23.abril.87) para reivindicar “Reforma Agrária Urbana” da administração municipal, o vereador (que vergonha pra nossa cidade!)

Mário de Santana Campos (PMDB), ocupou os microfones da Rádio Educadora de Parnaíba para acusar os manifestantes com adjetivos que fariam inveja a qualquer tribuno da extrema-direita. É notório a submissão deste “representante do povo” aos Silva, de quem é fiel empregado e cumpridor dos mandamentos. Mário Campos, ao invés de honrar seu mandato, prefere lavar e enxugar os pratos de quem lhe garante emprego e oportunidade para afrontar a sociedade através de programa radiofônico. [...] (Jornal Inovação, a. 10, n. 64, 1987, p. 10).

São matérias assim que mostram como os jornais se articulavam em trazer aos seus leitores informações não só referentes ao seu bairro, mas de manter a causa algo coletivo. Se percebe como o jornal se tornou um local de segurança e denúncia, mesmo havendo intrigas entre algumas associações com outras. No jornal *Periferia*, de 1988, em uma entrevista com o Sr. Raimundo Rodrigues, coordenador da AMBSL, sobre a semana que tiveram de lutar contra as forças policiais, defendendo o direito à moradia das famílias do bairro Santa Luzia, principalmente da dona Bernarda, que já vinha sofrendo com a internação de seu esposo, ainda estava sofrendo ameaças de despejo.

Periferia – Qual a causa do problema de terra?

Raimundo — Toda causa está na má distribuição das terras. Os prefeitos e os políticos do presente causaram isto através do aforamento, ou seja, a doação das terras públicas para algumas famílias que as usam para especulação e que hoje são causadoras de vários despejos.

Periferia — Como tem sido os despejos?

Raimundo — Os despejos têm ocorrido de forma violenta, a polícia chega armada de revolveres e cacetetes. E tratam as pessoas como se fossem marginais e ameaças e prontos para reprimir qualquer ação contrária. No despejo mais recente dois companheiros nossos foram presos.

[...] Periferia – Qual o objetivo das manifestações?

Raimundo — É conscientizar o povo de sua luta de classe e exigir do poder público municipal a desapropriação das terras em conflito por interesse social.

Periferia — Foi alcançado?

Raimundo — Em abril de 1987, quando a AMBSL fez manifestações na praça da Graça, foi desapropriada uma área em conflito nas ruas Pedro I, Genésio Pires. Esta foi uma vitória, mas numa atitude de vingança parte desta mesma área foi doada para outra associação e contra os interesses dos moradores deste bairro e ligados a prefeitura (*Periferia*, a. 1, n. 1, 1988, p. 6).

E mesmo nos dias de comemorar, como no dia 1º de Maio, a ocasião se torna um momento de protestar, o que casa muito bem com a data referente. Reunidos no balão da Guarita, comemorando o dia do trabalhador, “os trabalhadores ao todo somaram-se aproximadamente 1.500, dos quais 300 eram da roça que vieram de longe, com muita chuva e sacrifício” (*Periferia*, Mai-Jun 1988, p. 08), se tornando um evento grande, organizado pelo CAMP e CPT, que iniciou nas comunidades durante a tarde os preparativos de faixas e cartazes, para formarem a caminhada até o local de encontro.

[...] Dos 19 movimentos populares, pastorais e entidades de apoio e serviço que estavam presentes, se pronunciaram 15 representantes durante o ato, tendo se destacado uma dramatização de Moradores da Comunidade São João Batista, que denunciava o sistema de perseguição no campo, a péssima situação do trabalhador rural e as expulsões. O ponto alto deste movimento ficou para os trabalhadores rurais Marú (Projeto de Irrigação), Francisco Mariano (Ponte) e Antonio Melquíades (Ilha Grande de Santa Isabel), que, em suas falações, denunciaram os latifundiários de Parnaíba e a concentração de terras nas mãos dos patrões, o sistema de arrendamento, a UDR... Finalizaram reivindicando a Reforma Agrária como meio de acabar com a fome e a miséria no País, e convidando os trabalhadores do campo e da cidade para se organizarem na luta sindical e popular para pôr fim a concentração de terras nas mãos de poucos. Os trabalhadores urbanos representados por várias Associações de Bairro denunciaram o desemprego e as péssimas condições de trabalho, como também salário e moradia a especulação imobiliária, as expulsões e os despejos arbitrários patrocinados pelos latifundiários urbanos Alfredo Molino, José Nelson e Rosina Basto, o desgoverno de Alberto Silva e a “Nova República” (Periferia, a. 1, n. 1, 1988, p. 8).

FIGURA 07: Festa em Parnaíba



Fonte: Jornal Periferia, a. 1, n. 1, 1988, p. 8.

Acervo: Reginaldo Costa

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilização que os movimentos sociais de bairro exerceram usando a imprensa, como uma ferramenta de luta para garantir e assegurar o direito de uma vida urbana e rural digna, é de forma muito importante de evidenciar. Cada jornal que nasceu a partir de uma

associação, que se reuniu para denunciar e informar, comprova a importância desse movimento.

A forma como esses movimentos se dão na cidade de Parnaíba e redondezas — ao que analisamos nos jornais — concluímos que houve uma atuação precisa, desempenharam um papel fundamental. O próprio surgimento desses jornais de bairro, criados a partir das associações, nos confirma isso. Nascem como ferramentas precisas para denunciar as dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais, para pressionar por mudanças, tanto sociais como políticas.

É a partir de suas páginas que esses periódicos serviram como um meio de comunicação organizado e articulado aos movimentos sociais urbanos, aumentando a rede de luta. Toda essa organização foi importante para certificar que demandas desses bairros fossem ouvidas e assistidas, não usada como uma moeda de troca de favores, que no final o beneficiário não seria nenhum morador. A mídia tem esse poder. Os jornais da dita Imprensa Alternativa foram palco da busca por justiça social, evidenciando a força coletiva dos movimentos de bairro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Flávio. **Imprensa alternativa:** opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. ed. 2.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BEZERRA, José Pereira. **Anos 70:** Por que essa lâmina nas palavras? Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo; MIRANDA, Camila da Silva. **O jornal “O Linguinha” e a imprensa alternativa em Parnaíba-PI no início dos anos 1970.** In: CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes; LIMA, Frederico Ozanam Amorim (Org.). **Parnaíba:** Ver, sentir e dizer. Parnaíba: Sieart, 2015.

FARIAS, Francisco. **Do Coronelismo ao Clientelismo:** práticas eleitorais no Piauí, Teresina: EDUFPI, 2020.

FIALHO, Thalia; RIBEIRO, Felipe. **O protagonismo de historiadores profissionais em Parnaíba-PI:** apontamentos sobre a emergência de uma nova historiografia (2005-2007). In:

LIMA, Frederico Osanam Amorim; MENDES, Sérgio Luiz da Silva; CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. Parnaíba: história, memória, cidade. Teresina: Cancioneiro, 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. ed. 3.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, metodologia e possibilidades:** os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. In: Escritas. v. 7. n.1. 2015, p. 3-17.

MACHADO, Araci; PORTO, Silvia; VERGARA, Sylvia Constant. **FAMERJ versus BNH:** um estudo de caso sobre movimentos sociais urbanos. In: Revista de Administração Pública. v. 19. n. 3. jul-set 1985, p. 02-16.

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos Sociais no Piauí.** In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org.). Piauí: Formação, desenvolvimento e perspectivas. Teresina, Halley, 1995.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **Parnaíba nas páginas do Inovação:** O que diziam as poesias e os artigos de um alternativo sobre a cidade do Delta no final dos anos 1970. In.: CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes; LIMA, Frederico Ozanam Amorim. (Org.). **Parnaíba:** Ver, sentir e dizer. Parnaíba: Sieart, 2013.

MIRANDA, Camila da Silva. **Por uma questão de (des)ordem:** a emergência da imprensa alternativa no Piauí a partir do jornal Linguinha. Parnaíba: Monografia - Licenciatura em História, UESPI, 2012.

MORAES, Maíra Castanheiro Magalhães. **Poesia Marginal:** um ensaio de carnaval. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional - MinC, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Novos movimentos sociais no Piauí:** da eclosão a crise identitária. Resumen de ponencia. 8^a Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales: las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento – Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. Buenos Aires, 2018. Disponível em <https://www.clacso.org.ar/conferencia2018/presentacion_ponencia.php?ponencia=2018412112846-8769-pi>. Acesso em: 16 Dez. 2024.

RIBEIRO, Adriana Maria. **Todo comunista tem de ir aonde o povo está.** As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. Rio de Janeiro: Dissertação - Mestrado em História, UFRRJ, 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÓTENOS, Abner Francisco. **O Movimento Amigos de Bairros (MAB) no Rio de Janeiro:** seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982). Rio de Janeiro: Dissertação - Mestrado em História Social, UFRJ, 2013.

7. FONTES HISTÓRICAS

- Periódicos do acervo do Projeto PIBEU-UESPI *Conhecendo a Geração Mimeógrafo: digitalização, catalogação, e publicização de acervos de periódicos alternativos de Parnaíba*

Boletim da AMBSL

Integração Urbana

Jornal da Barra Grande

Jornal da Pedra do Sal

O Comunitário – Joaz Souza

Periferia

- Periódico do acervo do Projeto PIBEU-UESPI *Levantamento e catalogação de fontes históricas em acervos públicos e privados da cidade de Parnaíba-PI*

Jornal Inovação